

Radiografia das multinacionais *

CÉSAR PRIETO **

1. Considerações gerais; 2. Economia mundial e soberania nacional; 3. Técnica e experiência criam recursos financeiros para multinacionais; 4. Estruturas orgânicas das multinacionais; 5. Estatização das empresas e preservação econômica nacional; 6. Fundamentos da livre empresa; 7. Multinacionais temem reflexos de seus abusos econômicos; 8. Erros sanáveis e novos horizontes.

1. Considerações gerais

O mundo hodierno, até agora dividido pelo poder político, converte-se cada vez mais, em continentes econômicos, à mercê de empresas multinacionais que, firmadas em filosofias estranhas, no domínio de produtos essenciais adquiridos a custos irrisórios, na conquista de lucros ambiciosos, com métodos operacionais superiores e trabalhos rigidamente planejados, tendem a açambarcar os mercados, alargando suas fronteiras no campo econômico universal, indiferentes à sua nacionalidade de origem, pelo inalcançável objetivo de conquistas.

A livre empresa, que sempre se constituiu em alicerce das comunidades, com sua segurança e bem-estar social, está sendo excedida

* Artigo especialmente elaborado para este número da *Revista de Administração Pública*.

** Ex-diretor-geral do Imposto de Renda. Ex-presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal. Economista — membro permanente da Sociedade Internacional de Pesquisas Econômicas.

e premida pelas multinacionais, toda vez que os meios jurídicos incompletos malogram no impedimento de excessos e abusos do seu poder econômico, pelo inabalável objetivo de conquista ascensional na economia mundial.

A força das multinacionais — sem procedência nem pátria — reside, especialmente, na flexibilidade operacional suprema, em países e povos diferentes na multiplicidade de oportunidades econômicas, tributárias e legais, usadas habilmente segundo as circunstâncias.

A ausência de origem, desconhecimento de princípios, sentimento de nacionalidade e razão de ascendência tornam-se apátridas, sem fronteiras nem limites, divorciadas de premissas que deveriam constituir-se em normas e diretrizes fundamentais da vida humana.

Assiste-se a processo de desenvolvimento do sistema capitalista, em seus excessos, grandiosidade e impérios, em escalas jamais conhecidas, que, se não forem contidas, reparadas ou disciplinadas à vista da realidade imperante, farão ruir estruturas que ainda garantem a soberania de nações e povos independentes e democráticos.

Inicialmente, as multinacionais retribuía financeiramente importantes nações de que os seus capitais eram originários; atualmente, isoladas de suas procedências, por razões óbvias, fazem-se superestados, criando, também, nessas nações, profundos desajustes financeiros e sociais suscetíveis de preocupações máximas.

A ONU, sensível, como é natural, ao problema agudo que se caracteriza, participa de levantamentos, pesquisas e providências pertinentes às multinacionais, identificando-as como responsáveis por sérias procelas internacionais.

O monopólio estatal, no Brasil, para a exploração de reservas minerais, serviços públicos básicos e determinadas matérias-primas, todos, de um ou de outro modo, vinculados à segurança nacional, adotado em caráter definitivo e irreversível, face ao sucesso obtido, poderá vir a suprir deficiências do mercado internacional, valendo-se desta técnica e experiência, toda vez que empresas privadas não tenham poder nem a expressão desse privilégio para interferir e sustentar nossos interesses econômicos no exterior.

Alguns polêmicos afirmam, com insistência, que o monopólio estatal é um mal necessário, aceitando, ao seu modo, todavia, com manifesto entusiasmo, outro mal maior, o das multinacionais, cujos efeitos ruinosos poderão atentar contra a soberania que se realça inalienável e indivisível.

As multinacionais, na generalidade, não trazem capitais próprios de vulto, como alguns imaginam; é por isso que, em cada país, denominado por elas de hospedeiro, conforme o grau de aceitação e o patrocínio às mesmas concedido, os recursos são obtidos por meio de empréstimos tomados no exterior, com o aval dos governos que

as admitem. Elas trazem, isto sim, técnica e experiência ao alcance de qualquer um, desde que se decida a adquiri-las.

Os recursos, desse modo habilmente obtidos, livram as multinacionais de possíveis e futuras implicações políticas, impedindo os governos, diante de ocorrências que as comprometam como nocivas, de imputar-lhes responsabilidades máximas, em virtude do seu comprometimento financeiro decorrente de empréstimos por eles garantidos no estrangeiro.

Observar-se-á, de resto, como as multinacionais, usando a técnica e a experiência, geram lucros extraordinários que são reaplicados, sempre em setores fundamentais, na conformidade do regime de isenção do imposto de renda.

Nenhuma nação pode deixar de participar do mercado internacional, que complementa e consolida os seus próprios interesses domésticos. Entretanto, o cenário realístico que se pretende oferecer, sem preocupações de ideologias políticas, que inspirariam paixões e posições irrefletidas e perigosas para quem, como fraco, tem que fazer frente ao forte, induz cada uma a não abandonar a sua soberania, deixando de adotar solução técnica — ainda não usada devidamente — que não tem nacionalidade, e experiência, que se não submete a limites geográficos, além de vontade inabalável, esta sim, arraigada na consciência nacional, em termos compatíveis com a compostura e formação cívica de cada povo.

A filosofia que, espiritualmente, coloca o indivíduo acima dos acidentes da vida, dos falsos preconceitos e do amor imoderado a riquezas está sendo marginalizada quanto aos seus sadios propósitos comunitários, dando lugar a que superestados resultantes de ambiciosas conquistas econômicas possam ferir primazias e razões sociais, pondo em risco o bem-estar e a estabilidade dos povos.

2. Economia mundial e soberania nacional

Não enfrentar os fatos sociais, quando os mesmos se impõem, caracteriza um espírito sem intrepidez ou sem crença na ciência e na técnica.

Seguindo pensamento inculcado por nações ricas, Lester R. Brown, em *World without borders*¹ põe em evidência um mundo sem fronteiras, tendo como justificativa principal a razão econômica, para tanto oferecendo como argumento ilustrativo o produto mundial bruto que, em 1950, era de USS 1 trilhão, ascendeu, em 1970, a quase USS 3 trilhões e deverá atingir, no ano 2000, a USS 10 trilhões.

O crescimento do produto mundial bruto ultrapassa, de muito, em índices relativos, ao aumento da densidade populacional, o que certamente, seria bastante satisfatório se houvesse redistribuição

¹ Brown, Lester R. *World without borders*. *Diálogo*. v. 7. n. 3. p. 20, 1974.

justa daquele produto bruto. Não se pode medir a universalidade econômica quando está dissociada do bem-estar social, já que o volume de dólares está ainda em mãos de uma reduzida minoria, em detrimento da imensa comunidade mundial.

O crescimento do produto mundial bruto, nos últimos 20 anos, por isso mesmo, trouxe, como é óbvio, mais problemas e desajustes sociais, não por carência de recursos, mas sim por ausência daquela redistribuição regular de rendas, em virtude de imposições egoísticas ou absorções ambiciosas.

Não foi o produto mundial bruto, segundo alguns tratadistas consagrados, que causou o mal social, mas sim os que detêm maiúsculos coeficientes desse produto mundial bruto, que, alheios à indispensável justiça social, são os principais responsáveis, eles sim por crises e traumas no seio da comunidade.

As multinacionais, nesse cômputo de quase USS 3 trilhões, em 1970, deviam absorver parcela bem significativa, da ordem de mais de USS 300 bilhões, unicamente em negócios mais lucrativos e destacados, quando a humanidade responde pelo resto geralmente precário.

Com a devida vênia, o aleatório mundo sem fronteiras não passa de medida unilateral e utópica, por que não dizer fantástica e quimérica, traduzindo subjetividade que não distingue nem precisa a realidade dos fatos sociais, mas tem presente o fim para garantir, ainda mais, aspirações e conveniências de setores econômicos dominantes no cenário mundial.

O mundo, ao invés da concentração de poder econômico, supremo e imperante, que responde como causa principal dos seus problemas, carece mais da divisão de trabalho, de oportunidades e de rendas, como condição de desenvolvimento espiritual e material da sociedade, visto serem estas as fontes de justiça e normalidade sociais.

A projetada comunidade mundial, por sua vez, tem como escopo precípua melhor aproveitamento de matérias-primas da América Latina, Ásia e África, por países sobremodo industrializados e delas necessitados. De fato, não passaria de nova e curiosa modalidade de colonialismo, sob outro apelido de paternidade política global.

Renunciar à independência e à soberania pátrias é ridículo, porque, afinal de contas, elas são a nossa vida e nosso ser, enfim, o nosso tudo.

John Kennedy, ao contrário dos futurólogos da atualidade, em sua obra máxima,² foi bem claro:

“As revoluções das quais nascemos acenderam, nas palavras de Thomas Paine, uma chama que jamais se deve extinguir. E, através de vastos continentes turbulentos, esses ideais americanos

² Kennedy, John F. *Política e coragem*. Belo Horizonte, Difusão Panamericana do Livro. 1964. Prêmio Pulitzer. 238 p.

ainda estimulam a luta do homem pela independência nacional e pela liberdade individual.”

“Se uma sociedade livre não pode ajudar os muitos que são pobres, não pode salvar os poucos que são ricos.”

Os estoícos afirmam que os vícios são úteis porque valorizam a virtude; com sobradas razões, pode-se dizer que a natureza propicia o sofrimento, a fim de realçar a excelência do prazer e da tranqüilidade.

3. Técnica e experiência criam recursos financeiros para multinacionais

A presença das multinacionais, no país, permitiu avaliar a precária estrutura orgânica e funcional de nossas empresas, que não resistiram à disputa econômica, face à nossa insuficiente formação técnica, no campo profissional.

Onde existe efeito, há causa a apurar. Acima de nós estão os interesses da Nação. Cabe aos especialistas no ensino, pessoas aptas e do melhor conteúdo patriótico, o equacionamento desse grave problema de formação profissional para a competente e inadiável solução.

Na atualidade, a formação profissional, de média e superior qualificação, não mais admite protelação no encontro de soluções compatíveis com as necessidades comunitárias. Nenhuma questão excede a esta em magnitude. Não há como renunciar-se à sua consideração.

“Satis eloquentiae, sapientiae parum.”

A extensão das multinacionais se mede pelo volume de suas operações. A primeira avaliação sobre essas empresas ocorreu em 1968, com Judd Polk, do United States Council of the International Chamber of Commerce, quando informou que elas, representando “uma conquista da administração moderna de empresas”, efetuaram vendas que somavam US\$ 200 bilhões, isto é, seis vezes mais que o total das exportações norte-americanas.

O controle acionário das multinacionais, que inicialmente era, em cerca de 70%, de origem norte-americana, propiciava, como é óbvio, a essa nação, volume apreciável de rendas particulares e públicas, especialmente do imposto de renda, o que, evidentemente, jamais poderia justificar medidas repressivas ou disciplinadoras de sua parte sobre as mesmas, tendo em vista serem elas processo magnífico de absorção de recursos de todos os continentes.

Essa situação perdurou, nesses termos, para os países detentores de controle acionário das multinacionais até que estas, surpreendentemente, valendo-se do seu poder econômico para influenciar o poder político, conseguissem, como realmente conseguiram, favores financeiros e fiscais em diferentes nações, carentes ou ambiciosas de desenvolvimento a curto prazo, não por si mesmas, mas

à conta de decisiva contribuição estrangeira, quando, sob benelácito da corrupção, os lucros passaram a ter aplicações diferentes que exigem rigorosa perquirição.

Esta parte é essencialmente política e não temos competência para apreciá-la. Que outros o façam, tendo presente não o ressentimento que rouba bom senso nem a agressividade que só serve a quem pode mais, mas sim o equilíbrio, firmeza e determinação, objetivando a formação de consciência nacional, para que somente esta possa decidir e responder pelos destinos de cada país.

As concessões, nesses países carentes ou ambiciosos de desenvolvimento a curto prazo, à conta de contribuição estrangeira, foram longe demais, permitindo que as multinacionais, não desse modo qualificadas, mas sim como capitais estrangeiros, garantissem para as mesmas remessas facilitadas de lucros para o exterior, sem restringir essas remessas ao seu capital efetivamente aplicado no país, ou seja, entendendo como estrangeiro o aqui obtido por meio de empréstimos avalizados pelos governos e lucros comuns conquistados no território, sem qualquer vinculação ao próprio, trazidos de fora; com favores fiscais na importação e exportação; e com isenções do imposto de renda, embora, no particular, essa ocorrência, sem maior expressão, se estendesse por igual às nacionais que, não tendo rentabilidade, também não tinham como aproveitar os seus lucros imunes no acréscimo do capital social.

Há dois fatores financeiros fundamentais que regem a fixação de empresas de qualquer espécie: as imunidades tributárias que, ao invés de reduzirem, aumentam os lucros; e as facilidades de financiamentos, com avais e garantias do poder público no exterior, a juros baixos, além de prazos longos e de carência altamente satisfatórios para investidores.

O que se prova, à sociedade, não é que o capital gera o capital, mas sim que a técnica e a experiência dão lugar ao capital. Trata-se de novo e ímpar aspecto da economia mundial, permitindo ao homem, como principal figura, que se prepare para nova etapa sem imprevistos.

As multinacionais aproveitaram-se, assim, em primeira mão, da técnica e da experiência, levando vantagem indiscutível sobre povos despreparados, inconscientes de suas responsabilidades e conveniências, e de sua própria soberania.

Em nações alcançadas pelas multinacionais, houve quem, consciente ou inconscientemente, tenha colaborado no sentido de montagem e implantação de suas estruturas. Todavia, o que mais facilitou essa montagem e implantação foi, inegavelmente, a idéia falsa reinante na coletividade, sem capacidade de entendimento do que, à primeira vista, se fazia com aparente grandiosidade, para somente mais tarde, no decorrer do tempo, identificar a verdade e os reflexos econômicos e sociais que puseram em destaque as

causas geradoras de anormalidades surgidas no seio da comunidade.

Todos, sem exceção, precisam conhecer a fundo como se montam, implantam e funcionam as multinacionais, não para a prática de atos precipitados e inconseqüentes, mas sim para adoção de medidas de ordem técnica e experimental, mediante programação ampla, ditada pelas conveniências de cada país, medidas jurídicas, administrativas, econômicas, financeiras, sociais e fiscais — que visem coibir abusos disciplinando, com rigor, o desenvolvimento, sem imprevistos nem perigos, sobretudo resguardando a soberania nacional.

É inexplicável que países que receberam as multinacionais, com tantos e ilimitados favores, na convicção de que teriam capitais à farta, viessem a receber basicamente técnica e experiência, que eles próprios teriam como conquistar, quando esses capitais, por via da técnica e experiência, passaram a ser obtidos mediante condições superiormente favorecidas, criadas para as aludidas empresas.

De modo geral, nos países subdesenvolvidos, as multinacionais não investem à sua custa sequer 10% do total do capital dado como integralizado, havendo algumas que não contribuem, ao menos, com 1% desse capital, o que, de resto, põe à nossa frente cenário que exige meditação e reparo. Não se divulgam os nomes e pormenores de empresas estrangeiras que assim procederam, porque essa não é a nossa preocupação, neste ensejo.

Essas observações genéricas só têm a virtude de facilitar o raciocínio lógico na análise de tão importante matéria socioeconômica, com reflexos na segurança nacional, evitando-se, assim, precipitadas e incoerentes conclusões.

A ociosidade que não permite realizar e a descrença que enseja a suspeita são fontes geradoras de corrupção. Compreender que somos incapazes de fazer, e alardear que não devemos confiar em nossos destinos, daria lugar àqueles, diferentes de nós, que pensando de outra maneira, se aproveitariam dessa oportunidade para o mister de nos dominar e explorar, como se nos prestassem com isso grande favor.

Os piores resultados perquiridos, no caso, permitem conhecer intenções que, conscientemente orientadas, lhes deram causa. No fundo, o mal se converte num bem, quando gera pelo menos razões fundamentais para formação da consciência nacional.

A existência e a ocupação do homem revelam e distinguem as suas qualidades e defeitos. As qualidades precisam ser aprimoradas e os defeitos evitados. O progresso converteu-se num desafio ao próprio homem que o gerou, impondo-lhe, necessariamente, maior técnica e cada vez mais experiência, sucumbindo ou se escravizando os que se despreocupam com o seu destino.

As civilizações perecem não ao peso de sua grandiosidade, mas sim pela incapacidade dos que respondem pela sua existência, por não se manterem à altura de continuar gerando progresso. A coisa mais importante no mundo é saber pertencermos a nós mesmos.

Peter F. Drucker,³ ao examinar a organização moderna das empresas, afirmou ponto de vista de que a organização administrativa em si representa mais do que a ciência, realçando, desse modo, a tecnologia, e dando os latino-americanos como principiantes na arte de organizar. Esse professor e empresário completa: a “União Soviética, embora anticapitalista, tem sido favorável ao comércio, como os czares mercantilistas aos quais sucedeu”.

Não são os negócios que, por vezes, se tornaram mais fracos. Outras instituições é que passaram a preponderar no mercado, com técnicas mais aprimoradas.

O tecnocrata, na atualidade, passou a ser perigoso para as instituições, inclusive para a sociedade, face ao seu divórcio da realidade.

A humanidade é produto de constantes e ininterruptas conquistas sociais, sem criação de novas forças, mas unicamente unindo e coordenando as já existentes na luta pela sua permanência, constituindo, por aglutinamento, como única fórmula, um conjunto de realizações que possa significar capacidade de contribuir, com propriedade, na solução de problemas que a angustiam ou impedem seu bem-estar.

A estratégia orgânica e funcional das multinacionais se reduz, por isso mesmo, ao máximo aproveitamento do mínimo de capital social disponível, como um fundo comum, alcançando expressiva grandiosidade econômica, e contando com administração superiormente racional, sustentada por tecnologia adiantada e experimentada.

Peter P. Gabriel, deão da Faculdade de Administração de Empresas, da Universidade de Boston, ao ressaltar que as multinacionais provocaram alarme — o que denominou de “invasão americana na Europa, Canadá, Japão e América Latina” regiões que, em seu entender, necessitam do estímulo que os investimentos externos diretos podem dar ao desenvolvimento econômico — conclui, com evidente unilateralidade de conveniências, que “os países menos desenvolvidos devem renunciar a algumas posições rígidas, responsáveis por conflitos”.

Esse conselho deveria ser dado aos detentores atuais do poder petrolífero árabe já que, após a divulgação daquele trabalho,⁴ em 1972, pela *Harvard Business Review*, modificou-se completamente o cenário de domínio das organizações econômicas do mundo e, em particular, das norte-americanas. Estas agora, mais dóceis e

³ Drucker, Peter F. Conceito de corporação. *Diálogo*, v. 7, n. 3, p. 42, 1974.

⁴ Gabriel, Peter P. Empresas multinacionais no Terceiro Mundo — inevitável o conflito? *Diálogo*, v. 7, n. 3, p. 44, 1974.

compreensivas, renunciam a algumas posições rígidas. responsáveis por conflitos.

O noticiário interracial divulgou, recentemente, que o Governo norte-americano apreciou relatório de assessores do Secretário Kissinger, que enseja sérias preocupações a respeito, condenando firmemente, de certo modo, as multinacionais.

Muitos dos que antes pregavam a implantação das multinacionais e sugeriam um mundo sem fronteiras ou comunidade mundial não aceitam sequer, a esta altura, uma parte do mundo aglutinado, que é o do Oriente Médio. Será que as idéias mudaram ou as razões econômicas que as geraram oferecem, no momento, outras preocupações ou interesses? Onde o lado moral da questão? Quais os efetivos interesses da comunidade social? Os fatos respondem melhor do que as expressões.

Rousseau⁵ traduz bem, quando afirma que, para ser bem sucedida, uma instituição não precisa tentar o impossível nem se iludir em dar à obra dos homens uma solidez que as coisas humanas não comportam. E completa: o homem é obra da natureza; e as instituições, de arte.

A natureza foi criada por Deus e as instituições pelo homem que, como produto de sua arte, vai de sua habilidade, artifício e astúcia, até à execução prática de suas idéias.

Realmente, a razão nos mostra o objetivo, e as paixões nos afastam dele.

A União Soviética admitiu, sem reserva, as multinacionais, particularmente as vinculadas a empreendimentos industriais, pagando pelos serviços que prestam, inclusive *know-how*, e alguns financiamentos às estruturas a serem implantadas, assumindo responsabilidade, sem maiores implicações econômicas ou sociais, a partir da plenitude do funcionamento dessas indústrias.

Tanto há implicações decorrentes do tipo de atuação das multinacionais que estas, sob inspiração da Agência de Investimento Internacional dos Estados Unidos, vêm fazendo, desde 1950, seguros contra riscos políticos, cujas responsabilidades presentes estão a cargo da Overseas Private Investment Corporation.

Essa garantia securitária, que destaca espontaneamente a sua razão de ser, está sendo complementada por empréstimos tomados pelas multinacionais, que, em verdade, o são sob responsabilidade dos governos hospedeiros, que os avalizam no exterior. A experiência, como bem acentua, ainda, o Prof. Peter P. Gabriel,⁶ demonstra que as multinacionais não são repelidas “pelas condições rígidas” a que as submetem os governos hospedeiros.

⁵ Rousseau, Jean-Jacques. Dos abusos do governo e de sua tendência a degenerar. *Do contrato social*. Ed. Cultural Abril, 1973. cap. 10. p. 108, nota 345.

⁶ Gabriel, op. cit. p. 52

O professor de Boston conclui suas observações finais sobre a matéria, realçando primeiro que “as melhores intenções de um governo que assume o poder são apenas tão boas como sua própria estabilidade” e que, além do mais, “a história recente e os fatos mostram, de maneira bastante conclusiva, que é a multinacional, e não a soberania nacional, que está acuada”.

Antes que o mal cresça, valem as expressões de Rousseau:⁷ “os povos, uma vez acostumados a possuírem senhores, não conseguem viver sem eles”, bem como “o direito do mais forte vence; a moralidade reduz-se a uma obediência cega; não existe mais virtude de costumes, nem noção do bem. Um tal estado legitima todas as revoluções”.

Se é verdade que as multinacionais adotam as suas precauções, valendo-se de garantias substanciais, tais como seguros contra riscos políticos; empréstimos sob garantia real dos governos hospedeiros; facilidades econômicas, tributárias e imunidades diferentes, visando importar, exportar, realizar operações, no território nacional, com privilégios desconhecidos pelas empresas locais, não deve ser menos verdade que se impõe a esses governos hospedeiros, em nome da coletividade que representam, resguardar, por igual, os interesses e direitos dessas empresas locais, em todo sentido, particularmente em relação à soberania nacional, que se deve preservar tanto quanto a nossa liberdade.

4. Estruturas orgânicas das multinacionais

Em 16 produtos essenciais, sob regime de absorção acentuada de mercado, num país economicamente forte como sabem ser os Estados Unidos, essa absorção pode ser aferida na razão de 68% a 100% desse mercado, caracterizando domínio pleno em cada campo econômico específico.

Discriminam-se, a seguir, os produtos, indicando a percentagem de domínio de mercado de cada grupo de empresas, nos Estados Unidos. Alumínio: Alcoa, Reynolds e Kaiser-100%;

Automóveis: General Motors, Ford e Chrysler-96%;

Fibras sintéticas: Du Pont, Union Carbide, Celanese e Monsanto-95%;

Vidro plano: Pittsburgh Plate, Owens-Illinois, Corning e Libbey-94%;

Bombas elétricas: General Electric, Westinghouse e Sylvania-93%;

Equipamento telefônico: Western Electric-91%;

Cobre: Anaconda, Kennecott, Phelps, Dodge e American Smelting-90%;

Alimentos de cereais: Kelloggs e General Foods-85%;

Materiais elétricos: RCA-84%;

⁷ Rousseau. op. cit. p. 218-25.

Gesso: Johns Manville, U.S. Gypsum e National-83%;
Cigarros: Reynolds, American, Philip Morris e L&M-82%;
Máquinas de escrever: Litton e IBM-75%;
Sal: International e Morton-74%;
Pneumáticos: Goodyear, Firestone e Uniroyal-70%;
Sabões e detergentes: Procter & Gamble, Colgate, Lever Brothers-70%;

Os efeitos dessa absorção, em outros países, sem a mesma capacidade de resistência dos Estados Unidos, alcançam mais agressivamente os consumidores e as empresas comuns concorrentes, que, mercê de incapacidade econômica, terminam sendo incorporadas pelas multinacionais ou banidas do cenário industrial ou comercial.

Como se vê, inicialmente, as multinacionais dominaram setor econômico ou produto essencial para, em seguida, passarem a dominar setores econômicos de produtos essenciais diferentes, numa amplificação impressionante, inclusive em relação à prestação de serviços e financiamentos, desde que altamente lucrativos e seguros.

Esse domínio empresarial decreta a conveniência de fixação de custo de matérias-primas, salários, produtos elaborados ou semi-elaborados, com o que anula a capacidade dos poderes públicos de resguardar e defender os interesses comunitários.

É bem de ver que, para tanto, as multinacionais teriam, como efetivamente têm, que dispor de estruturas orgânicas e funcionais perfeitas, racionais e aprestadas com instrumentos atualizados de computação eletrônica, não só para fins de contabilidade, e estatística, como controle e fiscalização de suas tarefas e encargos, bem como dos negócios de suas concorrentes, não dispensando desse mister nem mesmo a pesquisa de atividades públicas pertinentes.

Se oferecêssemos exemplos de estruturas orgânicas e jurídicas de multinacionais no Brasil, isso poderia conferir sentido emocional a assunto eminentemente técnico, o que está fora de propósito: adotar-se-á, então, como exemplo, exatamente uma multinacional com sede nos Estados Unidos, das mais fortes de lá, com ramificações em todo o mundo, sob nomes, características e espécies de atividades díspares, o que dará ao leitor ensejo de ingressar no emaranhado dessas ramificações, conscientemente, sem dificuldade o que é relevante para os estudiosos do assunto.

Trata-se da Morgan Guaranty Trust Company, com um ativo global de 122 empresas existentes no seu sistema, somando US\$ 27 bilhões e 700 milhões, isto é, 10 vezes mais que o total da moeda circulante no Brasil, num desdobramento por setores especializados de atividade econômica, nos seguintes termos:

Serviços públicos (telefone, eletricidade, gás e correlatos): 28 empresas — ativo total: US\$ 3 bilhões e 939 milhões ;

Serviços de transportes (ferroviários, marítimos e aéreos): 10 empresas — ativo total: US\$ 2 bilhões e 217 milhões;

Fábricas de papel e papelão: 6 empresas — ativo total: US\$ 661 milhões e 300 mil;

Fábricas de materiais elétricos e fotográficos: 2 empresas — ativo total: US\$ 374 milhões;

Fábricas de lonas: 4 empresas — ativo total: US\$ 341 milhões e 300 mil;

Instituições financeiras (bancos, investidoras e seguradoras), que aplicam os seus recursos com aval de governos: 8 instituições — ativo total: US\$ 4 bilhões e 722 milhões;

Mineradoras, fundições e refinação de metais não-ferrosos: 12 empresas — ativo total: US\$ 4 bilhões e 216 milhões;

Editores de jornais, livros e revistas: 8 empresas — ativo total: US\$ 483 milhões e 400 mil;

Fábricas de produtos químicos, farmacêuticos e higiênicos: 12 empresas — ativo total: US\$ 3 bilhões e 59 milhões;

Fábricas de máquinas e equipamentos elétricos: 10 empresas — ativo total: US\$ 4 bilhões e 451 milhões;

Fábricas de cosméticos: 4 empresas — ativo total: US\$ 318 milhões;

Fábricas de condicionadores de ar: 2 empresas — ativo total: US\$ 315 milhões;

Fábricas de tecidos e roupas: 5 empresas — ativo total: US\$ 744 milhões e 600 mil;

Fábricas de diversas finalidades: 11 empresas — ativo total: US\$ 2 bilhões e 699 milhões.

Faz-se mister, agora, apresentação, embora sucinta, de cada setor especializado da Morgan Guaranty Trust Company, de forma a permitir nítida compreensão de sua representatividade econômica, no âmbito dos negócios em geral.

Entre as instituições financeiras, pertencem a essa multinacional, num grupo de oito empresas, o First National Bank of Miami e o Northwest Bank Corporation.

No setor de fábricas de materiais elétricos e fotográficos, incluem-se a Xerox Corporation e a Polaroid Corporation, com desdobramentos, inclusive no Brasil.

Constituem-se no setor de fábricas de papel e papelão: Hudson Pult & Paper Co., Scott Paper Co., Longviex Fibre Co., Union Camp, U.S. Plymood Chaption Papers Ins. e P.H. Glafetter Co.

Nos transportes, surgem, entre outras, a American Airlines Inc., United Airlines, United States Lines, TWA Inc., Southern Pacific Co., Canadian Pacific Airway Co., e Atchison Topeka & Santa Fé Railway Co.

Na relação de fábricas de cosméticos, para avaliação, basta que se citem: Max Factor & Co., Chesebrough Ponds Inc., Lavin Charles of the Ritz e Avon Products.

Na parte de produtos químicos, farmacêuticos e higiênicos, mencionar-se-ão as seguintes empresas, a fim de permitir idéia de sua representatividade, no mundo, através de cada uma delas:

Smith, King & French Laboratories; Celanese Corporation; Bristol Myers; Merck & Company Incorporation; Stauffer Chemical Corporation; American Cyanamid Corporation; O.M. Scott & Sons Corporation; Ar - Reduction Company; Mead Johnson Corporation; Olin Mathieson Chemical Corporation; Betz Laboratories e Procter and Gamble.

A propósito, é interessante colocar-se em destaque o fato de que em nosso País, muitos têm idéia de que, por exemplo, Merck & Company Incorporation é uma multinacional, quando, em verdade, não passa de uma das 12 indústrias de produtos químicos, farmacêuticos e higiênicos, no quadro de seus 14 setores de atividades econômicas, o que é bem diferente.

Isto quer dizer que a Merck & Company Incorporation não vai além de empresa de um dos setores industriais, com desdobramento de dezenas sob seu controle imediato, no sistema multinacional de 122 empresas do mesmo nível dela, que, por sua vez, se estendem em inúmeras outras, sob seu regime de domínio acionário.

Na parte de editoras e jornais, livros e revistas, sobressaem a New York Times Corporation e a Time Incorporation que são a maior rede jornalística e noticiosa do mundo; e as McGraw-Hill Book Co. Inc.; Dow Jones Irwin Inc., Harcourt Brace & Jovanovich, Inc. e John Wiley & Sons Inc., demonstrando, amplamente, a superior e determinada preocupação das multinacionais, como a Morgan, de contarem com a opinião pública, ao seu feitio, através de redes próprias de elaboração de notícias, de editoriais, revistas, livros e opúsculos, em larga e decisiva tiragem.

A opinião pública, pretendida pelas multinacionais, é fruto de inteligente elaboração técnica, a ponto de os investimentos realizados pela Morgan Guaranty Trust Company, ora em apreciação, se constituírem num dos mais altos, em editoras de jornais, livros e revistas. ⁵ E verdade que o maior dispêndio, nessa formação de opinião pública, corre à conta de cada empresa, de per si, quando promovida por instituições divulgadoras da rede de empresas particulares, em cada país hospedeiro.

Realmente, a opinião pública se conquista, tanto quanto possível, em função do temperamento e formação social da comunidade, por via de divulgação, difusão, propagação de idéias, princípios, iniciativas, objetivando sua aceitação e fixação.

As multinacionais, sem a pretendida opinião pública, não teriam sequer como subsistir, face a preconceitos, dificuldades e contestações naturais.

⁵ Barber, Richard J. *Negocios multinacionales — su poder, su dinero, su política*. México. Editora Asociados, 1973. p. 79-82.

Em serviços públicos, a Morgan Guaranty Trust Company, por meio de 28 empresas líderes, dedica-se especialmente à exploração de telefone, gás, eletricidade, telégrafo e transporte de petróleo e seus derivados, em vários países.

Assim, as 122 empresas chefes da multinacional de que se trata desdobram-se, em todos os continentes, por mais de 3 mil outras empresas, de um ou outro modo constituídas sob controle acionário imediato destas, seguindo, na linha de especialização, o regime aqui caracterizado, orgânica e funcionalmente. No Brasil, há várias sob denominação nacional, como se o fossem.

O complexo empresarial da multinacional só se mantém pleno de desenvolvimento em razão da técnica e experiência de suas equipes executivas, obedientes à sua organização racional e aos equipamentos que as fazem funcionar com regularidade.

O plano de contas da contabilidade, codificado, é segredo nas escalas inferiores de descentralização administrativa; as pesquisas estatísticas são metódicas e não dispensam indagações importantes; e ninguém faz o que quer, mas sim o que deva ser feito nos termos rígidos do planejamento instituído.

Tudo, porém, como se acentuou antes, não foge da técnica e da experiência, ao alcance de qualquer um, desde que se decida a conquistá-las. A culpa do empresário nacional é indiscutível, embora o profissional não possa dela também se isentar. A formação de nova mentalidade empresarial e de novos e melhores assessores é medida inadiável e prioritária, porque decisiva para os destinos do Brasil.

Rui Barbosa, em sua *Oração aos moços*,⁹ sublinhou que “se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança”.

A nacionalidade resguarda, protege, defende, acoberta ou abriga, sob o patrocínio da coletividade, costumes, razões políticas e sentimento de soberania que se situa acima de tudo e todos.

Além do mais, cada povo deve ser dono do seu próprio destino, cuidar de sua formação técnica e profissional, empenhar-se por realizações econômicas que podem não ser maiúsculas, mas são suas, e delas tirar proveito. É essencial que o existente se faça inerente, como realização e compensação, à própria comunidade.

Educar um povo representa mais do que fazê-lo sadio de corpo, fazendo-o também de espírito, para as lides complexas e sérias da existência econômica e social, em níveis suficientes de evolução que sejam relativos às reais necessidades humanas. As suas privações fazem-no sentir suas necessidades, estas impõem-lhe suas obrigações. O seu progresso social fá-lo aumentar a sede de mais

⁹ Barbosa. Rui. *Oração aos moços*. Editora Tecnoprint, 1950. p. 73.

saber, de maior especialização. Em consequência, quanto mais conhecimentos adquiridos, mas facilidades para bem se exercitar no cenário das atividades econômicas.

5. Estatização das empresas e preservação econômica nacional

Não é difícil encontrar a verdade: o difícil é, uma vez encontrada, não fugir dela.

Nenhum país, adotando empresas estatais, no sentido absoluto ou misto, especialmente a Inglaterra, França, Alemanha e Itália, dos mais evoluídos técnica e politicamente no mundo dos negócios, o fez porque certos setores não pudessem ser mantidos na livre empresa, mas sim porque, se assim ocorresse, esses setores de relevô para a segurança terminariam em mãos de trustes internacionais, com sérias implicações.

Legítima tem sido a ação rigorosa e intransigente dos Estados Unidos, impedindo que, em seus domínios, atuem os trustes e monopólios, contrariamente às suas conveniências.

Mais do que legítima, essa ação se faz própria, por via de segurança nacional e bem-estar social, o que por si só objetiva impedir o abuso do poder econômico.

O temor da submissão econômica, com suas consequências, mesmo em países de civilização milenar como Itália, França, Alemanha e Inglaterra, determinou medidas domésticas de implantação de empresas estatais e mistas, que alguns dizem de caráter nacionalista.

Não creio que essas soluções tenham sido adotadas por via de atos inconseqüentes, mas sim à vista de conceitos firmes e deliberados, firmados sem dúvida em realidade incontestável, que justificaram a forma por que um país, tentando salvar a sua economia, contou com o seu governo, como é do seu dever, na nobre missão de resguardar os proveitos nacionais.

Interessante ressaltar-se que ninguém critica nem condena aqueles países tradicionais, em cultura política e saber científico, por adotarem o regime estatal ou misto, em setores econômicos de essencialidade. Entretanto, quando um país qualquer da América Latina segue o exemplo desses países tradicionais, aliás, como sempre o fez, aproveitando-se de experiências apoiadas em razões também aqui verificadas, em relação à estatização de empresas vinculadas à segurança nacional, surgem, desde logo, imprecisões e acusações, procurando tornar essa questão eminentemente econômica em política.

A implantação de empresas estatais e mistas destinadas à exploração de fontes de reservas naturais, básicas para o país, é medida essencialmente econômica visando impedir que surjam, isto sim, consequências políticas.

O Estado é poder supremo e a ninguém seria dado negar-lhe o direito de amparar e defender os interesses da comunidade que lhe compete acautelar.

Não importa o apelido de truste, cartel, associação ou multinacional, desde que se destine a expansão, domínio e desejo de poder, além dos limites considerados razoáveis. Como prevêem as leis e estabelecem as práticas, impõem-se aquela atitude do poder estatal, de modo a evitar prejuízos sociais.

O importante é que a magnitude dos problemas, num país como o nosso, ao invés de traumatizar e amesquinhar, se constitua num desafio honroso à capacidade e determinação dos brasileiros.

6. Fundamentos da livre empresa

Não é o capital que gera a natureza e o homem, mas sim este que, explorando aquela, inicialmente em termos modestos, alcança o destaque de recursos acumulados, a duras penas, para expressar o capital.

As teorias de predomínio do capital não passam de hipóteses arditosamente instituídas, a fim de que os que menos trabalham possam viver à farta, à custa dos que mais trabalham, valendo-se, como é óbvio, da técnica e da experiência, também produto dos que mais trabalham, para dirigir e decidir os destinos da humanidade.

O que se evidencia, no ensejo, é que a técnica e a experiência valem mais do que o capital, embora não se dispense este nem a natureza, como fatores da produção. Onde há capital e trabalho, mas não há matérias-primas, aqueles têm que ir ao encontro destas, daí a procura de nações em desenvolvimento com natureza farta, à mercê de engenho e arte.

A base da técnica e da experiência é o ensino. A tendência do ensino, em países em desenvolvimento, é a de ser subjetivo, literário e, por que não dizer, ilustrativo e poético. O ensino, com honrosas exceções, se faz assim mais meio da conquista do diploma, como simples cartão de visita, dando ao seu portador presunção de conhecimento, do que validade efetiva de exercício profissional.

Educar e instruir são tarefas complexas e árduas. A ciência humana ainda não propiciou à educação sistema comum e suficiente, lógico e experiente, enfim, útil e acessível, que desse ao ser humano a capacidade técnica e a experiência de que ele carece para realizar-se no seio da comunidade.

A formação cultural se impõe, portanto, tanto mais generalizada melhor, tanto mais suficiente e prática, tanto mais lógica e condizente com os fatos, tanto mais experiente, produtiva e realizadora.

Aprender o que os outros souberam fazer é bastante, mas aproveitar essa aprendizagem, na prática, fazendo e executando o que for semelhante, significa prova de que se instruiu realmente e faz-se capaz de aperfeiçoar.

A literatura técnica enuncia e aponta os rumos da problemática, com todas as suas dúvidas, incertezas e suspeições. A pesquisa e análise permitem o levantamento de ocorrências, em amplos limites, o seu equacionamento e a fixação de conceitos lógicos em que deverão apoiar-se as medidas promotoras ou regularizadoras no campo socioeconômico.

Os fatos econômicos e sociais são os grandes mestres da política. Aqueles traçam linhas de procedimentos irrecusáveis por esta. Se não forem devidamente cumpridas, os resultados negativos colhidos desmoralizam ou frustram os seus objetivos mal colimados.

Inquestionavelmente, os fatos econômicos e sociais são forças centrípetas, que atraem para si, isto é, para o centro do âmbito comunitário, a forma por que devam se subordinar às condutas políticas, fazendo que estas, à sua mercê, se conciliem com os interesses gerais.

A política, obviamente, não pode afastar-se ou desviar-se daquele centro da realidade econômica e social, dela se divorciando, o que ocorreria por forças centrífugas, sob pena de ser desastrosa essa linha de conduta.

Isso serve para demonstrar que a arte política não existe por si mesma, com autonomia. Ela se reduz à forma pela qual se põem em prática as ciências econômicas e sociais, dentro dos rígidos limites destas.

Estão sendo implantadas as multinacionais acima de ideologias políticas, como observou Samuel Pizar, em seu livro *Les armes de paix*,¹⁰ por iniciativa até de países socialistas que começam a compreender que, para iniciar-se na arte de vender nos mercados lucrativos dos países capitalistas, é indispensável copiar os seus métodos, a sua tecnologia, a sua experiência, manhas e artes da mecânica, bem como o seu sistema monolítico de comércio, a despeito de divergências de dogmas políticos entre o Oriente e o Ocidente.

Surgiram, no particular, multinacionais, cujas propriedades e administração são mistas, somando-se assim dois regimes: o comunista com o capitalista. A União Soviética vende madeira, produtos químicos, farmacêuticos e tratores na França, administra um grande empório em Bruxelas, uma companhia no Japão, e realiza, em grande parte, seu comércio com diversos países, por via da livre empresa capitalista.

Outrossim, a União Soviética controla, igualmente, uma rede internacional de influentes bancos, em países da Europa Oriental, associando-se a grupos desses países, como Hungria, Polônia e Áustria, operando, com reputação reconhecida, em depósitos e empréstimos e descontando faturas e demais efeitos oriundos do

¹⁰ Pizar, Samuel. *Les armes de paix*. Paris, Editora Dessêl, 1970. p. 78.

relacionamento comercial de exportadores ocidentais e integrantes da cortina de ferro.

O mesmo está ocorrendo no domínio dos seguros, em que a Rússia possui instituições, situadas no estrangeiro, que garantem os riscos do comércio terrestre e marítimo, mesmo quanto a petróleo e seus derivados, como se evidenciou nos contratos respectivos da Companhia Regie-Renault para a construção e modernização das fábricas de automóveis na Polônia, Romênia e Rússia, na reprodução de Samuel Pizar, em *Coexistence and commerce*.¹¹

O grupo Togliatti, da Fiat italiana, que instalou uma fábrica de automóveis na Rússia, outras empresas, igualmente de origem italiana, concederam créditos substanciais bem como tubos para o petróleo soviético, com intervenção do Instituto Mobiliari Italiano, organismo estatal para exportação que financiou cerca de USS 350 milhões, a longo prazo.

As empresas da área socialista entendem que podem confrontar-se com as congêneres ocidentais, em pé de igualdade, no mercado internacional competitivo da tecnologia, não só como compradoras mas também como vendedoras.

Essa igualdade depende, essencialmente, da existência de efetiva superioridade de certas técnicas industriais, que permitam conquista de divisas fortes e indispensáveis, no comércio mundial.

O presidente francês Giscard d'Estaing,¹² a respeito de relações econômicas com os países socialistas, manifestou-se:

“Com efeito, as ideologias têm o seu valor, e nada convence mais do que o vazio de uma vida sem repercussão, mas isso não diminui em nada a necessidade de considerar objetivamente os dados do mundo real, à disposição, que, atualmente, perturbam nossa tranquilidade de espírito.”

“Quando não existe entre os países mais do que relações diplomáticas, o drama está sempre atrás da porta, pois o êxito de um não pode representar o fracasso do outro, com tudo que ele implica de rancor e desejo de vingança. A grandeza das relações comerciais é que não há, no êxito, nenhuma derrota. O milagre econômico se opera e as transações giram em torno de vantagens mútuas por efeito de multiplicador do intercâmbio.”

O comércio, assim, adquiriu dinâmica, consciência e definição de objetivos, não dando lugar mais à vazia loquacidade diplomática nem à ausênica de conceitos, de técnica, de experiência, enfim, de exatidão e realismo econômico, no mundo moderno.

As armas a serem terçadas, no campo da economia, estão à disposição dos países responsáveis e conscientes de seus deveres, e a nenhum deles será dado sobreviver, na disputa heróica, senão por

¹¹ Pizar, Samuel. *Coexistence and commerce*. McGraw — Hill. 1970. p. 149-54.

¹² d'Estaing, Giscard. In: Christensen, Roberto. *Empresa multinacional y Estado-nación*. Ediciones Depalma, Buenos Aires, 1973. p. 102-3.

si mesmo, acima de suas ideologias, fazendo respeitada a sua condição de soberania inconteste.

7. Multinacionais temem reflexos de seus abusos econômicos

A imprensa estrangeira tem posto em relevo a preocupação das multinacionais,¹³ face ao espírito de *Watergate* que a elas se estende, em indagação e apuração, julgadas por alguns como imprudentes, que estão pondo em dúvida a correção dos seus negócios, sob as chamadas *World-wide operations*, nos Estados Unidos, onde a maioria delas tem sua matriz.

O *Wall Street Journal*¹⁴ registrou a entrevista do vice-chairman do laboratório suíço F. Hartmann-La Roche, Sr. Alfred Hartmann, que se mostrou vivamente preocupado com as recentes críticas do governo norte-americano, face ao aumento constante de investigações por alegados excessos praticados, no campo econômico, sob responsabilidade das multinacionais.

Um alto executivo de multinacional, não-identificado pelo aludido jornal, foi peremptório: "parece que o mundo está vindo atrás de nós".

No mesmo jornal, Robert Stobaugh, professor da Harvard Business School, esclarece calcular que o montante das transações internas realizadas pelas multinacionais norte-americanas esteja em torno de US\$ 40 bilhões por ano, quantia tão prodigiosa que, sem dúvida, justifica toda a onda existente em relação ao assunto.

Em declarações finais ao mesmo jornal,¹⁵ alguns dirigentes de multinacionais, não-identificados, admitem a manipulação de preços, ao afirmarem, textualmente: "nós realmente temos negociações entre subsidiárias, e as autoridades fiscais deveriam começar a investigar isso".

As acusações tendem a confluir para um ponto fundamental: o problema dos preços de transferências, fixados para negócios realizados entre subsidiárias de um mesmo grupo. O relatório da ONU¹⁶ sobre esse momentoso problema não esconde apreensões maiúsculas, no âmbito mundial, quando transmite o resultado de suas perquirições:

"Altos preços de transferência podem ser usados para sonegar os lucros das subsidiárias que operam em países com impostos altos. Baixos preços de transferência podem ser usados a fim de carrear os lucros para filiais que pagam poucos impostos."

¹³ *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24 dez. 1974, p. 1.

¹⁴ *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 dez. 1974, p. 1.

¹⁵ *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 dez. 1974, p. 1.

¹⁶ *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 dez. 1974, p. 1.

Interessante notar que, na pesquisa esboçada pelo *Wall Street Journal*, de Nova York¹⁷ os executivos de multinacionais que se identificaram disseram meias-verdades ou procuraram contestar a própria verdade, enquanto os que, por razões óbvias, não sendo os donos do negócio, não tinham por que se comprometer com ele, não se individualizando, disseram verdades inteiras ou clarearam o assunto, deixando definido que o grande negócio dessas multinacionais é a sonegação e lucros, em negócios fictícios entre filiais, sob a filosofia de que lesar o fisco de países com taxas tributárias maiores é meio seguro de formação de lucros complementares e criminosamente engendrados.

Das 20 maiores multinacionais, 18 têm sede nos Estados Unidos, e as duas restantes no Reino Unido. As mais importantes são: General Motors (EUA) — automóveis; Du Pont (EUA) — produtos químicos; U.S. Steel (EUA) — metalúrgica; Standard Oil (EUA) — petróleo; General Electric (EUA) — equipamentos elétricos; Alcoa (EUA) — alumínio.

Não foi por menos que, em 1975, Charles E. Wilson informou: “o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos da América do Norte”.¹⁸

É verdade que, na vida moderna, mais do que antes, o Estado tem seu sustentáculo na economia, mas não é menos verdade que o Estado, no zelo de sua autoridade e poder de decisão superiores, não pode estar à mercê de imprevistos, inconscientemente, por isso que é do seu dever acautelá-la toda vez que os interesses maiores da comunidade o determinarem.

Como pode o Estado ser Estado, nas condições em que se impõe ser, se ele dispõe de condições inferiores às das empresas sustentáculos da economia que lhe compete zelar? Como pode o Estado julgar, com serenidade e exatidão, se não dispõe sequer de elementos básicos e convincentes que lhe permitam a prática de justiça? Não existe Estado alheio a seus deveres, nem Estado que abdique de suas obrigações maiores, sem indagação de interesses comunitários.

As leis que permitam a identificação dos abusos e excessos do poder econômico são importantes, por isso que, assim, esses abusos são suscetíveis de apuração, de acordo com normas jurídicas suficientes. Entretanto, são mais importantes, ainda, os instrumentos técnicos de que o Estado possa dispor para a apuração daqueles abusos do poder econômico.

Há países em que, por exemplo, a computação eletrônica funciona maravilhosamente bem para as empresas multinacionais, atendendo às suas tarefas essenciais e complementares, sem nenhum desvio da programação fixada. Todavia, essa computação

¹⁷ *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 dez. 1974, p. 1.

¹⁸ Wilson, Charles E. In: Barber, J. *Negocios multinacionales...* cit. p. 5.

eletrônica, quando a serviço de planejamento de superiores significados econômicos, financeiros e sociais, especialmente fiscais, a cargo do Estado, ninguém sabe por quê, não funciona, está permanentemente emperrada, faz-se evidentemente imprestável e até prejudicial, por isso que, na prática, os seus resultados são, de modo surpreendente, inferiores aos que antes em uso, por processos rotineiros postergados.

A multinacional IBM, de origem norte-americana, controla mais de 70% dos computadores eletrônicos em uso nos Estados Unidos, e bem mais de 50% dos em uso na Europa, alcançando posição dominante invulgar, no mundo dos negócios, sendo a que mais conhece de tudo, e a que mais pode fazer de tudo.

Não há empresa, por mais importante que seja, que não passe pelos seus computadores, quando a IBM tem a seu cargo, especialmente em relação ao imposto de renda, a gravação ou perfuração codificada de todas as contas do ativo, passivo, débito e crédito de lucros e perdas das pessoas jurídicas, por setor industrial ou comercial, bem como dos rendimentos, deduções, bens e origens da riqueza das pessoas físicas, por espécie de atividade profissional, anualmente, assinalando as flexões favoráveis, normais ou desfavoráveis dessas ocorrências econômicas, com os pormenores indispensáveis, para as devidas apurações, análises e conclusões.

O Estado moderno que dispuser, no devido tempo, das informações que se menciona, não terá nenhuma dificuldade de conhecer seus problemas econômicos, financeiros e sociais, e poder decidir sobre eles com firmeza e conhecimento de causa.

Outrossim, tendo presentes essas informações com suas tendências firmadas devidamente nos últimos três, quatro ou cinco anos; e tendo em vista a natural subordinação cíclica dos problemas, não haveria dificuldade de o Estado prever e prevenir situações adversas, ou de estimular e amparar, ainda mais, as que tendam para desenvolvimento pleno, atento aos interesses gerais da nação.

O Estado, diante do realce das multinacionais, podendo, como efetivamente pode, dispor dos processos técnicos e da experiência ao alcance de todos, não tem por que se omitir; eis que se impõe passar ao desempenho do papel que lhe é próprio de supervisor-geral da economia nacional, seu juiz, enfim, seu defensor permanente e intransigente, acautelando-a, amparando-a e livrando-a dos arrivistas e aventureiros, particularmente dos que não têm sentimentos pátrios nem humanitários.

A IBM, na Europa, domina o mercado de computadores, na base de 57,1% na Alemanha; 30,4% no Reino Unido; 68,8% na Itália; 65,7% na França; e 51,8% no Benelux.

Portanto, quem na vida privada não contar com controle, estatística e informações, e dispuser, em substituição, de estimativas incompletas ou fundadas em hipóteses desarrazoadas, não tem por que estranhar o insucesso, nem atribuir à improvisação as

ocorrências, quando o insucesso, no caso, decorre do próprio gestor, alheio aos seus deveres.

A administração moderna, firmada na organização racional do trabalho, com bases científicas, não tolera nem admite mais os que se divorciam dessas bases, especialmente os que, sem humildade, descreem dessas conquistas humanas.

O Estado se situa acima de tudo, para viver o todo. Se as empresas se preparam para a vida moderna, assim garantindo sua sobrevivência num mundo de disputa ambiciosa e irreverente, o Estado, sem dúvida, como poder supremo, não deve alhear-se a seus deveres; deve, ao contrário, reestruturar-se, orgânica e funcionalmente, com uso de métodos e processos racionais, basicamente científicos — não na aparência dos organogramas, por vezes improfícuos e ilusórios, mas sim no conteúdo e essencial do seu sistema operacional — com objetividade e oportunidade, atento a seus deveres maiores perante a coletividade, em todos os seus aspectos.

8. Erros sanáveis e novos horizontes

Têm oportunidade as sábias expressões de Rui Barbosa, em sua Oração aos moços,¹⁹ por ocasião da solenidade de formatura dos acadêmicos de direito, da Universidade de São Paulo, a 29 de março de 1921, divulgada no jornal *O Estado de São Paulo*, quando profligou:

“Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas.”

E esclarecia, então, o preclaro jurista e homem público, nos últimos dias de sua profícua existência de saber e de observação: “O Brasil é a mais cobiçável das presas; e oferecida, como está, incauta, ingênua, inerme, a todas as ambições tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.”

O Canadá e o Japão provaram que, sem importação de capitais, usando mais os seus disponíveis, realizaram-se, com grandiosidade e independência, exceto pequenas somas destinadas ao lançamento de infra-estruturas, especialmente em ferrovias. Esses países, assim procedendo, passaram a importar, isto sim, abundantemente e sem restrições, uma tecnologia de impacto multiplicador muito alto, o que continuam fazendo até hoje, inclusive em saúde pública, portos, educação profissional especializada e aperfeiçoamento de técnicas administrativas.

Peter F. Drucker²⁰ acha que as multinacionais são apenas um sintoma. Suprimi-las, em sua maneira de ver, só poderia agravar a doença, sendo sempre tentador combater os sintomas, ao invés de buscar a cura; conclui que as multinacionais venham a ser seve-

¹⁹ Barbosa, Rui. op. cit. p. 125.

²⁰ Drucker, Peter F. op. cit. p. 37-43.

ramente prejudicadas e talvez até destruídas. Caso se concretize, isto será feito pelos países desenvolvidos e não os em desenvolvimento, incluindo entre aqueles Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Japão, Suécia, Holanda e Suíça, do quais elas são originárias, na razão de mais de 95% das existentes no mundo. Juntos, esses países absorvem, pelo menos, 75% dos negócios produzidos no orbe terrestre.

Salvo melhor juízo, creio que Peter F. Drucker equivocou-se quando entendeu que as multinacionais são apenas um sintoma; é por isso que, especialmente nos países em desenvolvimento, são tidas como transmissoras ou geradoras de graves epidemias econômicas e sociais, o que é bem diferente. É respeitável o diagnóstico de Peter F. Drucker, como médico social, mas não há como desprezar o que os próprios doentes sentem e compreendem do fenômeno que indica a natureza e existência da enfermidade, não segundo parcos indícios exteriores, mas sim de efeitos interiores que regem o sintoma, com precisão.

Além do mais, não creio na alusão feita à incapacidade política dos países em desenvolvimento de influir na contenção econômica e social das multinacionais, como se esses países não dispusessem de um mínimo de soberania e direito de atuação, quando, no episódio das antes denominadas subdesenvolvidas nações árabes havia idêntico entendimento, e no entanto essas nações feriram profundamente as multinacionais, em suas estruturas e meios de funcionamento, com o uso de produto essencial, geralmente de países hospedeiros, anulando preceitos e condições até então dominantes.

Com o atual desfalque financeiro das multinacionais, estas não estão em condições, como se vê, de impor a sua vontade, soberanamente, mas sim de encontrar soluções harmônicas, em que, na razão dos seus limitados interesses, também sejam levados em conta os respeitáveis direitos de países hospedeiros.

Acredito que ninguém tenha em mente destruir, mas também a ninguém é dado conscientemente admitir ser destruído. Portanto, acima de exibição de força que ninguém possui, nem grandes nem pequenos, todos, sem exceção, se constituem num todo em que uma parte pode ser decisiva na coexistência mundial. E muito mais terão a perder os que possuem mais, do que os que possuem menos.

Terríveis são as mordidas da necessidade excitada. Há quem aprende a falar no momento em que deveria aprender a calar para sempre. Fazer e dizer são coisas diferentes. Não há paixão que mais perturbe a razão de julgamento do que a cólera. Não se corrigiria jamais sob esse impulso, mas sim vingar-se-ia, sem resultado prático.

Não é o instante de cóleras incontidas, de irreflexões inconseqüentes e de atitudes extremas sem medida exata de seus resul-

tados. Não sentir emoções, todavia, é a característica de almas frias e secas.

Uma vez adquirida a consciência dos problemas dos países em desenvolvimento, faz-se mister tratar de equacioná-los, com exatidão, encontrando soluções compatíveis, racionais e científicas para os mesmos, nas mesmas bases teóricas das multinacionais, sem subordinação nem inferioridade própria dos incapazes ou relutantes em enfrentar e acautelar os seus próprios destinos.

A realidade exata daqueles problemas é a única e insubstituível colaboradora, quando não se tolera o embuste nem se recorre à tergiversação para iludir ou subverter a verdade social.

Repita-se: o homem é capaz de tudo ou de nada. Não há por que se sentirem as multinacionais como um poder único e insuperável. Elas se constituem do homem, e este existe por igual, nos países hospedeiros ou em desenvolvimento, desde que ele se decida a existir igualmente capaz de realizar-se, econômica e socialmente, no âmbito de sua soberania indelegável.

A prudência é a razão esclarecida, não evitando todos os males; mas a sua falta nunca deixa de atraí-los. Ser prudente não representa fugir da realidade, mas sim usá-la na medida do possível, com fé e conscientemente.

O momento próprio para se conhecer os erros coincide com o ressaltado da prudência e consciência que todos podem errar e com medidas e experiências configuradas em planos coerentes com a realidade dos fatos.

A importação de técnica e experiência depende, por idêntico, de formação profissional suficiente, que seja capaz de absorver essa técnica e experiência estrangeira, que pode ser adquirida, mas que se impõe adotar com objetivo de adaptação e complementação compatíveis.

Técnica e experiência se formam com ensino sério e próprio. Educação e segurança nacional estão no mesmo nível de importância, daí por que Pitágoras deixou a diretriz: eduquemos os meninos de hoje para não castigarmos os homens de amanhã.

Não há patrimônio maior do que a educação, nem riqueza mais expressiva para a conquista do desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Entre os investimentos que garantem impactos multiplicadores apresenta-se, sem favor, em primeiro lugar, o ensino que propicie técnica e experiência profissionais.

A educação clássica pode impressionar melhor aos sábios estáticos, mas não aos responsáveis por empreendimentos, que se fazem dinâmicos, não em razão de vontade, mas sim de necessidades comprovadas que precisam ser colhidas em pesquisas, análises, observações, estudos e apurações constantes, em laboratórios, oficinas, bibliotecas, fábricas e setores vários, quando os profissionais,

ainda em fase de formação, devem submeter-se à realidade e às conveniências sociais geradoras do mercado de trabalho.

O Poder Público dispõe da maior arma de todas, superior à dos serviços de computação eletrônica com "figurino" ou "pacote", que é o imposto de renda, que deveria ser convertido, depois de devidamente reestruturado, num instrumento poderoso e decisivo de participação estatal nos lucros das empresas e nos rendimentos das pessoas físicas, em moldes socioeconômicos, mais justos e suportáveis, com elementos e meios de atuação insuperáveis.

Há alguns aspectos desse tributo que ainda o tornam anti-social e antieconômico: as taxas excessivas que justificam ilimitada sonegação de operações, negócios ou participações; as normas jurídicas que o disciplinam, sobretudo complexas e desatualizadas; a inexistência de organização racional à altura de seu importante papel; a formação técnica e a experiência ao nível de sua grandiosidade profissional; os balanços desatualizados das empresas quanto a valores ativos, distanciados da realidade presente ou em desconformidade, com a natureza do negócio, impossíveis de regularização se medidas excepcionais não forem inseridas em lei; a inexistência de estatística econômica, financeira, social e fiscal por espécie de atividade, região e outros fatores a considerar; a carência de balanço geral do País compreendendo apurações globais, à semelhança do adotado pelo Banco Central quanto ao sistema ao mesmo subordinado, compreendendo ativo, passivo, contas diferenciais, por espécie de atividade, região e outros fatores a considerar, dando, assim, visão panorâmica do País, garantindo análise e permitindo prever ocorrências de relevo, para as devidas providências.

Não se admite, entre nós, a xenofobia; é por isso que, ao invés de aversão pelas pessoas ou coisas estrangeiras, nós as desejamos e insistimos, com o máximo empenho, na conquista de sua técnica e experiência, de modo a usá-las aqui por nossa iniciativa e sob nossa responsabilidade imediatas, sem interferências estranhas.

Os estrangeiros pretendem de nós o que lhes convém particularmente; e nós deles também o mesmo, isto é, a sua técnica e experiência, de que carecemos para levar avante empreendimentos sob nossa responsabilidade, já que somos, como eles, donos de nossos destinos.

Estimamos a pátria de todos, mas amamos a nossa.

No Estado moderno, o planejamento passou a ter ampla interferência e significado no campo social, econômico e financeiro, criando sistema de existência racional, tendo em vista fins de conjunto, coordenando tarefas do Estado e dos empreendimentos e iniciativas particulares, num esforço máximo de produtividade e rentabilidade.

Esse planejamento pôs em evidência a necessidade da soberania nacional se constituir num todo, quando preocupações, interesses

e objetivos se somam, o que impõe que o Estado, para cuidar de suas excelsas tarefas, deixe de ser estático, passivo ou contemplativo, para exercer as suas funções destacadas com atividade dinâmica e oportunidade no trato e solução das questões econômicas, financeiras e sociais, ora supletivamente, ora intervindo, em casos excepcionais que o justifiquem, nos termos da lei e daquele planejamento.

Na soberania, não se admite o poder superado, inferiorizado ou enfraquecido. Soberania traduz exercício supremo, mais do que isso, força material e moral, firmada no direito e nos interesses sociais.

Se é no campo econômico que se decidem as soberanias, atualmente, não adianta o Estado aprestar-se com hábeis e parlamentadores diplomatas, por melhores que possam ser, utilizando-os em iniciativas políticas em que não simples palavras, mas sim forças produzidas por aquele campo econômico é que decidem, sem maiores delongas.

Ser prudente é tirar proveito dos erros alheios, e não deixar que os outros o tirem dos nossos. A prosperidade não existe onde não existir a prudência, o direito, nem a paz social. Ser prudente é viver da realidade.

Portanto, a soberania do Estado não depende só da parte jurídica que a Constituição possa estabelecer; são fundamentais as estruturas, disciplinas, processos e meios, implantados à vista de planejamento racionalmente elaborado, assim atendendo, por inteiro, aos supremos interesses nacionais.

Interessante notar que os que, com ênfase literária, negam esse poder ao Estado, são os que apóiam ou se omitem diante da desnacionalização econômica reinante, quando os interesses empresariais de nacionais passam para o controle acionário de estrangeiros ou, o que é pior — além desses casos isolados, mas de efeitos mais largos — quando surgem as multinacionais com características bem mais dominantes e decisivas contra esses interesses nativos.

A noção jurídica de soberania não se institucionalizou juridicamente senão por via polêmica, de agressões, violências e disputas de domínio. A soberania nacional nunca subsiste por tolerância ou gesto de inferioridade.

A soberania não define unicamente a natureza de poder do Estado, mas a forma por que esse poder se exercita de maneira incontestável e irrecusável, juridicamente, ou melhor, de forma suprema, que está acima de tudo e de todos.

Soberania nacional não é hipótese nem ficção, como os fortes a justificam para a conquista dos fracos. Ela é atributo inerente do Estado. Sem ela, este não existe, nem o povo tem o direito de decidir sobre seu destino e segurança.

Portanto, limitar, reduzir ou abrandar o poder de soberania, constitui-se em medida perigosa e inadmissível, que além de atentar

contra os supremos interesses nacionais, revela, por intenção ou ignorância, meio evidente de prestigiar a ambição estrangeira, sempre imoderada e audaciosa na conquista de direitos, situações e domínios de outros países.

Concluo este trabalho técnico com as palavras do Prof. Karl Deutsch²¹ em conferência proferida na Fundação Getulio Vargas da capital paulista, a 16 de setembro de 1975 divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, sobre As perspectivas da escassez e do crescimento limitado e suas implicações nas relações internacionais.

O ilustre professor realça, com particular experiência, que o mundo de hoje é pobre, desigual, interdependente e ingovernável como um todo; e, dessa perspectiva, resulta a probabilidade de que as guerras localizadas se transformem em internacionais, ou em guerras civis entre os pobres que não toleram sua miséria e os ricos que não querem ceder em seus privilégios.

Acrescenta ainda, como um elemento a mais a definir aquela perspectiva, que a poupança mundial aplicada fora das fronteiras nacionais, em que foi gerada, é menor na atualidade do que há 100 anos, o que impõe ao mundo ser cada vez mais nacional.

Prossegue o professor afirmando que a pressão em decorrência do grave problema surgido, mundialmente, aumenta o medo das elites perderem seus privilégios; e no confronto, as massas populares e as elites fazem apelo ao poder militar: aquelas, em nome do povo, para que os militares minorem as desigualdades; e estas, para que eles preservem suas posições e proveitos econômicos.

Finalmente, o ilustre professor define, com autoridade, que o resultado dessas pressões e contrapressões tem sido um dispêndio maior de capital em armamentos e não em produtos essenciais para satisfazer às necessidades humanas.

Não há dúvida que o mundo atual procura resolver, sem sucesso, graves problemas de pobreza e desigualdade social, de modo a eliminar, de vez, a intolerância dos angustiados, adotando medidas preponderantemente unilaterais para preservar privilégios e favores dos ricos, esquecendo-se dos prejudicados, como se através dos usufrutuários do poder econômico fosse possível a solução das deficiências existentes no seio da comunidade.

A radiografia das multinacionais tem como escopo fundamental o equacionamento correto das causas determinantes dos problemas de pobreza a que se refere o preclaro professor, de modo a que se restaure a normalidade social, sem traumas nem inquietações, por via da razão cristã, e não por força ou prepotência transitória e condenável.

²¹ Deutsch, Karl. Conferência pronunciada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas. *O Estado de São Paulo*, 16 set. 75.

Summary

An x-ray of the multinacionals

The article's central thesis is that multinationals generally do not bring with them significant amounts of capital, since the so-called host nations, depending on the degree of sponsorship given to these companies, help them obtain financial resources through government-guaranteed loans and tax privileges. As a result, the dominance of multinational corporations is not a result of their ability to invest *capital*, but rather reflects their massive use of *technology* and *experience*. Technology and experience, however, are theoretically within everyone's reach, if one is disposed to acquire them. This leads the author to conclude that the growing multinational participation in less-developed countries is a result of the precarious organizational and operational structure of companies in those countries. They are unable to stand up to stiff competition because their low level of technical and scientific training prevents them from absorbing sophisticated technology and experience. The situation is aggravated when the host governments either ignore their difficulties or even sponsor their competitors.

The author therefore argues that the organizational and operational strategy of the multinationals is to achieve the greatest possible advantage from the smallest possible investment. To carry out this strategy, the multinationals possess a supremely rational form of administration, backed up by advanced proven technology, which allows them to enjoy economic advantages and privileges unknown to local firms. It is therefore up to the so-called host governments to defend, in the name of the society which they represent, the interests and rights of local business.

The State must create organizations to provide the training and conditions necessary for rationally designed planning, in order to protect the national interest against the inequalities created by the expansion of the multinationals. Among the measures to be taken, the author emphasizes the adoption of a system of state or mixed control in essential economic sectors. He notes with surprise that such measures have been quietly accepted in countries such as England, France, Germany and Italy, while similar proposals in Latin America are vehemently fought; a clearly economic issue has thus been transformed into a political issue. Another measure which the author suggests is to make investments in areas which guarantee multiplier effects on the internal capacity to absorb technology and experience; one example is education which leads to professional competence, rather than education based on the classical model.

In conclusion the author argues that, without in any way accepting a xenophobic position, Brazil must gain control over foreign technology and experience, in order to use them on its own initiative and under its own responsibility, without outside intervention.